



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA - FACE**



CHRISTIAN ROGER FARIA DO VALE

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DE SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO
DE 1991 A 2014**

DOURADOS – MS

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA - FACE



**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DE SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO
DE 1991 A 2014**

Christian Roger Faria Do Vale

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal da Grande
Dourados como requisito obrigatório para
obtenção do grau de bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Profa. Dra. Juliana Maria de Aquino

**DOURADOS – MS
2017**

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado forças e saúde para realizar e concluir tal trabalho, mesmo diante de obstáculos que me foram impostos.

Aos meus pais, em especial a minha mãe, que sempre me incentivou a buscar o melhor, me dando total apoio em minhas decisões.

A minha orientadora, Dra. Juliana Maria de Aquino, que acreditou que poderia dar certo e confiou em mim. E, sempre se colocou à disposição com muita paciência e dedicação para todas as orientações que necessitei durante a realização do trabalho.

Aos meus professores da graduação, que durante minha trajetória somaram e contribuíram de inúmeras formas para o aumento do meu conhecimento.

Resumo

Este trabalho procurou analisar a evolução e historicidade do Índice de Desenvolvimento Humano do estado de Mato Grosso do Sul, durante o período de 1991 a 2014. O objetivo foi explicar e analisar as possíveis causas nas alterações dos componentes do Índice, e realizar comparações e análises dos diferentes resultados encontrados nos IDHs dos outros estados da região Centro-Oeste do país. O estudo envolveu fundamentalmente pesquisas bibliográficas em obras de autores que abordam o tema desenvolvimento, seguido por pesquisas e estudos empíricos já realizados sobre o tema. Ao final, conclui-se que a situação de instabilidade econômica do Brasil entre o final dos anos de 1980 e o início de 1990 refletiu diretamente na economia Sul-Mato-Grossense, e conseqüentemente, o baixo desempenho de tal indicador social do estado durante a década de 1990. A partir do ano 2000, foram criadas e implementadas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, que surtiram efeito direto na evolução e avanço do IDH de Mato Grosso do Sul, a partir de tal período. Destaca-se ainda a importância, ao lidar com desenvolvimento humano, da necessidade de criação de políticas públicas que visem setores estratégicos da economia para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população.

Abstract

This work aims to analyze the evolution of the Human Development Index (HDI) of the state of Mato Grosso do Sul during the period 1991 to 2014. The present study aimed to explain and analyze the possible causes of changes in the components of the Human Development Index of the State of Mato Grosso do Sul, and to make comparisons between different results from other states of the central-western region of the country. We concluded that the situation of economic instability in Brazil between the end of the 1980s and the beginning of 1990s, reflected directly in the South-Mato-Grosso economy and consequently the low performance of such social indicator of the state during the decade of 1990. From the year 2000, public policies of economic and social development were created and implemented, which had a right effect on the evolution and progress of the HDI of Mato Grosso do Sul from that period. Final considerations shows the importance of dealing with human development becomes extremely important and it is necessary to create public policies aimed at strategic sectors of economy for social inclusion and improvement of the quality of life and well being of the population.

1. INTRODUÇÃO

Para que haja de fato desenvolvimento, é necessário que ocorra um avanço na qualidade de vida da população. Além de um viés puramente econômico, também é preciso considerar as características sociais, culturais e políticas que influenciam diretamente na qualidade de vida do ser humano (PNUD, 2010).

O conceito de desenvolvimento humano afirma que é necessária a ampliação das escolhas das pessoas, ou seja, para que as mesmas tenham a capacidade e oportunidade de alcançar aquilo que almejam ser e ter (PNUD, 2010).

O desenvolvimento humano é um resultado de inúmeras transformações estruturais dentro de uma sociedade, ou seja, é o aumento de bens que podem satisfazer suas necessidades básicas e complementares, e a criação de um entorno que respeite os direitos humanos. O desenvolvimento também é considerado como o aumento das opções que o ser humano tem em seu próprio meio de vida. (PNUD, 2012).

Nas duas últimas décadas, o mundo registrou grandes avanços no desenvolvimento humano. Porém, esses progressos não foram em âmbito universal, ou seja, pessoas de diferentes grupos étnicos e raciais não foram contemplados ou não conseguiram se beneficiar desses avanços. De acordo com o relatório do desenvolvimento humano, a desigualdade de gênero é um desafio para o progresso global em todas as regiões do mundo. O relatório também ressalta que é importante a produção de dados que retratem uma realidade das médias nacionais. Assim, tomando conhecimento das disparidades existentes dentro de cada território, torna mais fácil a criação de políticas sociais que combata as desigualdades sociais (PNUD, 2016).

Desde a década de 1990, o Brasil obteve avanços significativos em seu desenvolvimento humano. Em um ranking de 188 países, o país ocupa, no ano de 2016, a posição de 79º, com um índice de desenvolvimento humano no valor de 0,754. Com base no relatório de desenvolvimento humano, realizado pelo PNUD, a baixa participação política e econômica das mulheres derruba o índice de igualdade, contribuindo para que o país tenha dificuldade em avançar nos indicadores que analisam desigualdade de gênero dentro da sociedade brasileira. De acordo com o relatório, no período de 1990 a 2015, a população brasileira obteve um aumento de renda média de 31,6%, ganhou 9,4 anos de expectativa de vida e, no que tange a educação, aumentou 3 anos a média de estudos para crianças, e 4 anos para adultos com 25 anos ou mais (PNUD, 2016).

Nos últimos 4 anos, de 2011 a 2015, com base na pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Mato

Grosso do Sul cresceu 2,55%, passando de 0,743 para 0,762. De acordo com a pesquisa, o estado está entre os 19 estados do país que possui um IDH considerado alto, ocupando a décima posição no ranking nacional. Embora o estado de Mato Grosso do Sul tenha sua economia com característica agrícola, o mesmo vem passando por mudanças em sua infraestrutura, como urbanização, construção e reformas de rodovias, entre outros, proporcionando melhorias na qualidade de vida da população regional e desenvolvimento para o estado (IPEA,2016).

1.1. O problema e sua importância

O desenvolvimento econômico tem sido descrito pelo crescimento contínuo dos níveis de qualidade de vida, com maior consumo de produtos e de serviços básicos para a sociedade. Porém, somente o valor da renda *per capita* não está sendo suficiente para repensar especificamente os diferentes modelos desenvolvimentistas entre as nações e suas regiões. Desse modo, é preciso levar em conta outros indicadores que permitam analisar avanços sociais e econômicos, bem como alimentação, melhor atendimento médico e odontológico, qualificação da educação, segurança reforçada e maior qualidade do meio ambiente (SOUZA, 2005).

Os métodos tomados com o intuito de redução da pobreza se tornam importantes, quando são visíveis as fortes taxas de concentração de renda e a quantidade de população carente. Maiores níveis de renda da população nem sempre correspondem a melhores índices de desenvolvimento. Certos indicadores, tais como mortalidade infantil, igualdade de gênero na educação, número de matrículas escolares e liberdade política mostram uma correlação imperfeita com os níveis de renda *per capita*. Políticas de saúde, educação e alimentação das comunidades com nível socioeconômico reduzido são de extrema importância para a expansão e melhoria dos indicadores diretos de desenvolvimento das regiões (SOUZA, 2005).

Logo no início dos anos 1990, foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – que se encarrega da verificação do nível de desenvolvimento de uma nação, utilizando-se de alguns indicadores de desempenho. Assim, o IDH passou a ser a medida mais utilizada e conhecida a respeito da mensuração do desenvolvimento humano mundial. Com a boa perspectiva encontrada no cálculo do IDH, as Nações Unidas conseguiram mostrar aos representantes dos mais variados países e regiões que o propósito de atingir o desenvolvimento econômico não é sinônimo exclusivo de fazer aumentar o produto

interno bruto. Portanto, verificou-se que a construção de um debate internacional sobre as melhorias nas condições de saúde e educação na sociedade deve ser fortemente levado em conta nos processos de desenvolvimento das nações (SCARPIN, 2005).

Conforme o Boletim Regional do Banco Central do Brasil (2009), o IDH é composto por três indicadores de mesma relevância em seu cálculo: renda, longevidade e educação. A mensuração do IDH é resultante da média aritmética simples dos três indicadores citados, que normalizados, são compreendidos de zero a um. Quanto maior o índice, maior o desenvolvimento humano naquela região.

Boletins e relatórios mostram que o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil obteve explícita tendência de alta após o início dos anos 90, inclusive para todas as regiões do país individualmente analisadas. As estimativas revelam números onde Distrito Federal, Santa Catarina e São Paulo estão claramente apresentando os melhores IDHs do país, em contraste com os resultados referentes a Alagoas, Maranhão e Piauí, os três menos favorecidos no índice em questão. Particularmente, a manutenção das desigualdades regionais também é enfocada a respeito de desenvolvimento humano: os estados da região Nordeste, por exemplo, são os que continuam a ocupar os nove piores índices, e logo em seguida estão os sete estados do Norte do país (CEPAL/PNUD/OIT, 2008).

Conforme o Caderno de Informações Estaduais para Gestão Estadual do SUS/CONASS do Mato Grosso do Sul (2015), o Índice de Desenvolvimento Humano do estado é de 0,743(2015), considerado em um patamar de alto grau de desenvolvimento. Além das próprias variáveis formadoras do IDH, ainda foram informados, no caderno, indicadores demográficos e socioeconômicos, os quais permitem fazer análises e comparações a respeito de mudanças ou tendências durante certo período de tempo. Estes indicadores levam em conta informações referentes à população residente do estado de MS, alfabetização em maiores de 15 anos, número de anos de estudo, empregos, serviços como abastecimento de água, rede coletora de esgoto e coleta de lixo, perfil da população entre outros. Todos estes fatores possibilitam uma adequação e planejamento, e são levados em conta para aferição dos indicadores futuros e refletem fortemente no desenvolvimento humano do estado.

Com efeito, a justificativa dessa pesquisa reside no objetivo de análise e entendimento dos resultados do desenvolvimento econômico na qualidade de vida e bem-estar da população. Tendo como base os valores do IDH de Mato Grosso do Sul, ao longo do período de tempo. Devido à escassez de estudos acerca do IDH no Estado de Mato Grosso do Sul, faz-se oportuno identificar, a partir da análise de uma série histórica, a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do estado, o impacto da economia sul-mato-grossense na esfera social no Estado. Considerando a natureza estrutural desse indicador, pouco sujeita a alterações no curto prazo, faz-se necessário

analisar as tendências ao longo do tempo do IDH estadual. Neste sentido, essa proposta é de tentar explicar as mudanças que ocorreram nesse indicador social e seus componentes, ao longo do tempo. Os resultados, que alertam sobre questões da qualidade de vida, envolvendo humanização e trabalho decente, podem servir de base para a adoção de políticas na área social, e também definir o perfil da população educacional, trabalhadora e influente.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivos Gerais

Tem-se por intuito, neste trabalho, o objetivo de analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado do Mato Grosso do Sul. Índice este referente ao período de 1991 a 2014.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Detalhar os fatores que são considerados para o cálculo do IDH do estado do Mato Grosso do Sul.
- Verificar a similaridade ou discrepância em relação a diferentes índices encontrados nos outros estados da região Centro-Oeste do país.
- Identificar as possíveis causas nas alterações dos componentes do Índice.

1.3. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está dividido em mais três seções, além desta introdução. A seção 2 tratará da revisão de literatura. Na sequência, são apresentadas as seções referentes à metodologia aplicada no desenvolvimento do trabalho e a discussão dos resultados.

2. REVISÃO DE LITERATURA:

Schumpeter (1911) salientava que o desenvolvimento econômico era simplesmente o objeto da história econômica, que por sua vez é meramente uma parte da história universal, apenas separada do resto para fins de explanação. Afirmava que a dependência do aspecto econômico fazia com que não fosse possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias, pois o estado econômico de uma população não eclode apenas das condições econômicas, mas unicamente da situação total precedente. Dessa forma, as dificuldades de análise e de exposição que surgem daí são muito diminuídas na prática, se não em princípio, pelos fatos que formam a base da interpretação econômica da história; sem serem compelidos a tomarem uma posição a favor ou contra essa visão. Assim, pode-se afirmar que o mundo econômico é relativamente autônomo, pois abrange uma parte tão grande da vida da nação e condiciona uma grande parte do restante que cada setor da vida social é habitado por um conjunto distinto de pessoas.

Conforme explana Furtado (1961), em sua obra “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, a respeito do conceito e reflexão dos métodos:

O desenvolvimento se está configurando como ideologia do desenvolvimento nacional, no sentido de que exige um processo de diferenciação nacional no quadro da economia mundial. Para desenvolver-se é necessário individualizar-se concomitantemente. [...] atribui-se assim, grande importância à autonomia na capacidade de decisão, sem a qual não pode haver uma autêntica política de desenvolvimento. A sincronia entre os verdadeiros interesses de desenvolvimento e as decisões tem como pré-requisito a superação da “economia reflexa”, isto é, exige a individualização do sistema econômico. Essa ideologia transformou a conquista dos centros de decisão em objetivo fundamental. E, como o principal centro de decisões é o Estado, atribui a este um papel básico na consecução do desenvolvimento. [...] Mas, desde já, pode-se estar seguro de que o desenvolvimento somente se realizará se criarem condições para uma participação mais ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais.

Furtado destaca que existe uma ideologia no desenvolvimento nacional, ou seja, para que ocorra o desenvolvimento é necessário a individualização das pessoas de forma simultânea, ou seja, elas passam a ter a capacidade de decisão e autonomia de seus interesses, direitos e deveres de forma individual. Neste sentido, a ideologia de Furtado relata que a individualização do sistema econômico transformou os grandes centros como foco de decisão. E, como todo centro de decisão é o Estado, é atribuído a ele tarefas que se tornam indispensáveis para que se deixe para trás as características de subdesenvolvimento, e passe a ter e criar as condições que retratem uma

realidade de desenvolvimento. Entretanto, para que o desenvolvimento se realize é indispensável que se criem as devidas condições para ampla participação das massas populacionais, tanto urbanas, quanto rurais, nos resultados que o desenvolvimento trará.

Coraggio (1996) inicia suas idéias, em sua obra “Desenvolvimento Humano e Educação”, alegando que o Desenvolvimento Econômico passaria a um novo paradigma: o Desenvolvimento Humano. Essa proposta poderia levar à uniformização em nível mundial de esquemas conceituais, sistemas de informação e políticas. Uma antecipação do proposto estava sendo sistematizada pelo que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento já vinha evidenciando. Paradoxalmente, segundo os novos indicadores incluídos no cálculo do desenvolvimento humano – educação, saúde, expectativa de vida e renda – as décadas perdidas para o desenvolvimento econômico podem ser vistas como décadas ganhas para o desenvolvimento humano; dessa forma, a América Latina seria uma das mais beneficiárias.

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) alega que, durante década de 1980, a América Latina quase não avançou no desenvolvimento. Desse modo, tornou-se evidente a necessidade de transformar o perfil e a qualidade da produção da região, para alavancar-se e tomar uma posição no comércio mundial. Nisso havia um problema conceitual, pois, as nações orientadas e concentradas na crescente pobreza mundial não conseguiam evitar o espírito assistencialista, se não fosse rediscutida a problemática social da perspectiva não tanto da equidade, mas do próprio desenvolvimento (CORAGGIO, 1996).

De acordo com Sen (Apud, ROQUE 2009), a liberdade é fundamental na busca das capacidades e na realização dos direitos. O desenvolvimento consiste desta forma, em eliminar privações de liberdade que possam limitar as escolhas e as oportunidades das pessoas em exercer sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdade é constitutiva do desenvolvimento. Para Sen (2000), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades realistas de que uma pessoa aproveita. A tônica nas liberdades humanas faz relação com perspectivas mais restritas de desenvolvimento, que o reconhecem com o crescimento do produto nacional bruto, com o crescimento das receitas das pessoas, com a industrialização, com o progresso tecnológico ou com a modernização social. Considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas orienta a ação para os fins que transformam o desenvolvimento em algo mais importante.

Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de aumento das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidade e oportunidades para ser aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar da uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem do desenvolvimento humano procura olhar

diretamente para as pessoas, suas oportunidades e suas capacidades. A renda é importante, como um dos meios de alcançar o desenvolvimento, mas não como seu fim principal. Muda-se a perspectiva e, desse modo, o foco muda-se para o ser humano, e não para a renda gerada. Consideram-se, assim, outras características para aferir o avanço na qualidade de vida, bem como características sociais, cultural e políticas (PNUD, 2010).

Em seu enfoque sobre desenvolvimento humano, o PNUD enfatiza dois pontos básicos: o objetivo maior do desenvolvimento é o bem-estar social, com ênfase nos direitos humanos, nas liberdades e na participação política; o crescimento econômico não é um fim em si mesmo, mas um meio para atingir esse objetivo. Sob essa perspectiva, o conceito de desenvolvimento deve, segundo o PNUD, envolver duas dimensões: a capacidade humana, que inclui as condições de saúde e educação, e o uso que as pessoas fazem das capacidades adquiridas para trabalho ou lazer. As capacidades universalmente valorizadas e básicas, no sentido de que determinam muitas escolhas na vida, estão relacionadas à instrução, à sobrevivência e a um padrão decente de vida, e são refletidas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é um índice proposto pelo PNUD, calculado para diversos países desde 1990, e que tem três componentes:

- Um indicador de longevidade, o IDH-Longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer.
- Um indicador de nível educacional, o IDH-Educação, medido pela combinação da taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais (com peso 2) e da taxa de matrículas nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior) em relação à população de 7 a 22 anos de idade.
- Um indicador de renda, medido pelo PIB real per capita em dólares, segundo o critério de Paridade do Poder de Compra.

Em relação ao Brasil, desde o início da mensuração do IDH, foi percebido um crescimento proporcional em todas as cinco regiões do país. Considerando o período de 1991 a 2005, a região Nordeste registrou o maior crescimento do indicador, 24,6%, seguindo-se da região Norte, 16,7%. No Centro-oeste, Sul e Sudeste, as expansões atingiram 14,6%, 13% e 12,5%, respectivamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

Considerando o período mais recente, 2004 a 2007, a representatividade da dimensão econômica no crescimento do IDH adquire relevância em todas as regiões, inclusive no MS, em função do ciclo de expansão econômica ocorrido no período. A dimensão renda passa a responder por cerca de um terço das variações do índice, situando-se próxima à metade na região Centro-Oeste. O exame dos dados relativos ao IDH em 2006 e 2007, por estado e região, revela a manutenção das trajetórias de melhora generalizada e de redução gradual das desigualdades registradas desde 1991. Dentre os componentes do IDH, a educação constituiu o fator mais incisivo para a melhora de todos os indicadores regionais até 2003, tendência mantida, excluindo-se o

Centro-Oeste, no período posterior. O componente renda, embora adquirisse maior importância nas regiões, após 2003, permanece como o principal determinante das discrepâncias entre os IDH dos estados e das regiões do país (BANCO CENTRAL, 2009).

O IDH é um indicador social que, no curto prazo, pode não refletir melhorias significativas, ou seja, o seu grau de variação de um ano para outro pode ser pequeno. Já no longo prazo suas variações tendem a ser mais relevantes.

Segundo Oliveira (2006), desde que o relatório de desenvolvimento humano foi publicado pela primeira vez, o IDH do Brasil apresentou um comportamento de oscilações. Essas oscilações foram devido a mudanças metodológicas que ocorreram em sua formulação de cálculo, durante o período de tempo desde que o mesmo foi elaborado. Pode-se dizer que em relação ao índice de expectativa de vida da população brasileira, este indicador sofreu poucas variações significativas, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. Ou seja, em 1990 a esperança de vida ao nascer era de 65 anos e passou a 67,8 anos em 2003, com um acréscimo de apenas 4,3% na vida média da população brasileira. É importante ressaltar que, essa pequena melhoria no indicador de longevidade ocorreu a partir de 1995, e deve-se a mudanças nos limites (superior e inferior) que foram atribuídos ao indicador, e não ao desempenho do mesmo. Em relação ao indicador educação, ocorreu uma situação muito semelhante ao indicador longevidade. Em 1995, o indicador de escolaridade média foi substituído pela taxa combinada de matrícula no ensino básico, médio e superior, por motivo de melhores resultados nas estatísticas. A contribuição do índice escolaridade era de apenas 57% no que correspondia o valor total do indicador. Após a substituição da escolaridade média pela taxa combinada de matrícula, este valor passou a 70%, bem superior ao da escolaridade média como era anteriormente calculado. Assim, o indicador de educação saltou de 0,637 para 0,779, que resultou em um acréscimo na ordem de 22,3% no valor do Índice.

De acordo com o estudo de Kieling (2014), nos últimos 20 anos, o Brasil vem registrando progressos significativos na redução da desigualdade social e, conseqüentemente, uma melhoria do desenvolvimento humano. De 2000 a 2010 o país vivenciou mudanças radicais em termos de qualidade de vida da população. O IDH do Brasil cresceu cerca de 10,54% nos últimos 14 anos.

De acordo com a ONU, o IDH brasileiro foi de 0,755, em 2016, valor que coloca o país em uma posição acima da média de 0,744, que corresponde ao grupo de países com alto desenvolvimento humano. Durante os anos 1990 a 2014, o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil obteve um crescimento médio anual de 0,91%, valor superior se comparado com seus vizinhos latino-americanos e caribe, que é de 0,75%.

Com base nos dados do levantamento divulgado pelo PNUD, a autora observou uma tendência de crescimento nos indicadores socioeconômicos de desenvolvimento humano no país,

no período de 2010 a 2014. Todavia, foram verificados os primeiros indícios de estagnação da economia a partir de 2010. Entretanto, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), a pesquisa mostra que o indicador de renda do Brasil cresceu a taxas anuais superiores ao último período do censo (2000 -2010), já os dados respectivos a educação e longevidade apresentaram taxas de crescimento inferiores.

Há mais de 20 anos o PNUD vem fazendo a divulgação de relatórios e dados referentes ao desenvolvimento humano. Porém, foi possível verificar que existe uma carência muito grande de estudos e pesquisas acadêmicas que abordam e analisam a evolução do Índice de um país ou região. E, quando se trata de um nível geográfico menor, no caso do estado de Mato Grosso do Sul, essa carência e escassez de estudos se torna ainda maior.

3. METODOLOGIA

3.1. Área de estudo

Mato Grosso do Sul é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado ao sul da região Centro-Oeste. Tem como limites os estados de Goiás a nordeste, Minas Gerais a leste, Mato Grosso (norte), Paraná (sul) e São Paulo (sudeste), além da Bolívia (oeste) e o Paraguai (oeste e sul). Possui uma área de 357.124,962km². Sua população estimada, em 2015, é de 2.651.235 habitantes. Sua capital e maior cidade é Campo Grande e outros municípios importantes são: Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã, Naviraí, Nova Andradina e Aquidauana (IBGE, 2015).

Sua economia está baseada na produção rural (animal, vegetal, extrativa vegetal e indústria rural), indústria, extração mineral, turismo e prestação de serviços. O estado possui um dos maiores rebanhos bovino do país. Além da vocação agropecuária, a infraestrutura econômica existente e a localização geográfica permitem ao estado exercer o papel de centro de redistribuição de produtos oriundos dos grandes centros consumidores para o restante da região Centro-Oeste e a região Norte do Brasil (IBGE, 2015).

O Mato Grosso do Sul é mundialmente conhecido por sua biodiversidade, encontrada principalmente no Complexo do Pantanal e no Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Sua capital é Campo Grande e suas principais cidades turísticas são:

Bonito, Jardim e Bodoquena localizadas no Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

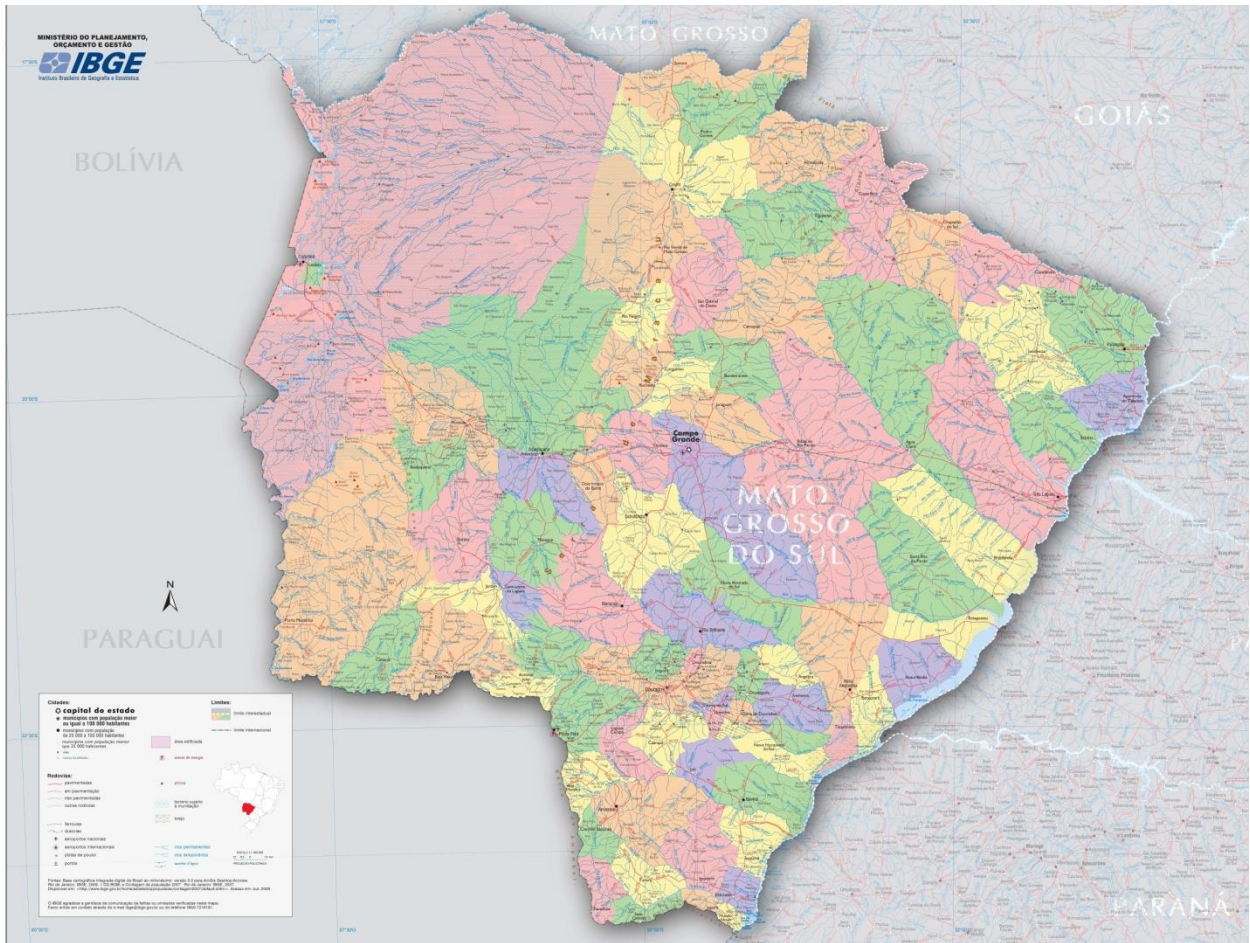


Figura 1: Mapa de Mato Grosso do Sul

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

3.2. Métodos e dados

Logo no início dos anos 90, foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o índice de desenvolvimento humano – IDH – que se encarrega da verificação do nível de desenvolvimento de uma nação utilizando-se de alguns indicadores de desempenho. Assim, o IDH passou a ser a medida mais utilizada e conhecida a respeito da mensuração do desenvolvimento humano mundial (SCARPIN, 2005). No entanto, ressalta-se que o IDH é um indicador de natureza estrutural, pouco sujeito a alterações no curto prazo. Nessa perspectiva, importa analisar as tendências dos IDHs regionais ou estaduais, que relevam o processo de redução das desigualdades no grau de

desenvolvimento humano nas regiões. Abaixo são destacados os três componentes utilizados no cálculo do IDH, que serão analisados no decorrer deste estudo:

- Indicador de longevidade, o IDH-Longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer.
- Indicador de nível educacional, o IDH-Educação, medido pela combinação da taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais (com peso 2) e da taxa de matrícula nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior), em relação à população de 7 a 22 anos de idade (com peso 1).
- Indicador de renda, o IDH-renda, medido pela renda nacional bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPC), em U\$\$.

Com o objetivo de analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado do Mato Grosso do Sul, serão utilizados os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), referentes às variáveis do IDH e de seus componentes. Neste caso, as variáveis referentes à Renda e Educação. Quanto à longevidade serão utilizados os dados do DATASUS.

Serão analisados os IDHs do período de 1991 a 2014. Esse período de tempo foi escolhido devido a disponibilidade de dados existentes para os indicadores que compõe o IDH, não somente para o Estado de Mato Grosso do Sul, mas também para os outros estados da região Centro-Oeste, que também serão citados em comparações no decorrer da pesquisa. No presente estudo serão utilizados os métodos de análise quantitativa e variações percentuais, conforme fórmula abaixo:

$$\text{variação percentual} = \frac{(\text{valor final} - \text{valor inicial})}{\text{valor inicial}} \times 100$$

Descreve-se, a seguir, de maneira mais detalhada e exemplificada, os métodos de cálculo do IDH:

- a. Cálculo do índice de esperança de vida:** a dimensão Longevidade considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, em média, quantos anos de vida as pessoas de determinado país ou região vivem. Para calcular a esperança de vida foram escolhidos os parâmetros de máximos e mínimos, que normalizam o indicador por meio da fórmula abaixo.

$$I_{ev} = (\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})$$

O valor máximo é 85 anos e o valor mínimo 25 anos.

No caso do Brasil, com um valor observado de 75,5 anos, em 2015, o índice de esperança de vida é 0,841.

- b. Cálculo do índice de educação:** o índice do grau de instrução mede os valores dos indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem. Primeiro são calculados os índices de alfabetização de adultos e da escolarização bruta combinada. Posteriormente, estes dois índices são combinados para que se obtenha o índice de educação, sendo atribuída uma ponderação de dois terços à alfabetização de adultos e de um terço à escolarização combinada.

$$I_{ed} = 2/3(\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3(\text{índice de escolarização bruta}).$$

Índice de alfabetização de adultos: taxa de alfabetização de adultos.

Índice de escolarização bruta: taxa combinada de matrícula do ensino primário, secundário e superior.

No caso do Brasil, o valor observado para o índice de alfabetização de adultos é de 0,798 e 0,780 para o índice de escolarização bruta, resultando no índice de 0,792, em 2015.

- c. Cálculo do índice do PIB:** o índice PIB considera a renda *per capita* da população, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado lugar de um país ou região. A renda entra como substituta de todas as dimensões do desenvolvimento humano não refletidas numa vida longa e saudável e no nível de conhecimentos. O rendimento é ajustado porque para atingir um nível elevado de desenvolvimento humano não é necessário que haja um rendimento ilimitado. Por isso, utiliza-se o logaritmo de rendimento. Para o cálculo da dimensão Renda do IDH, aplica-se a fórmula abaixo.

$$I_{pib} = \frac{[\ln(\text{renda per capita do local de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]}{[\ln(\text{valor máximo de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]}$$

A aplicação do logaritmo na fórmula aproxima os maiores valores de renda *per capita* dos menores e, com isso, reduz a desigualdade de renda existente. Mas esse procedimento considera que, à medida que a renda *per capita* se eleva, o retorno desse acréscimo de renda, em termos de desenvolvimento humano, diminui. No caso do Brasil, com um PIB per capita de 8.700(PPC em USD) o valor obtido para o índice renda é de 0,745 no ano de 2015.

- d. Cálculo do IDH:** feito a partir da média simples dos três índices de dimensão.

$$IDH = 1/3(I_{ev}) + 1/3(I_{ed}) + 1/3(I_{pib})$$

Considerando os valores do ano de 2015, o IDH do Brasil foi de 0,792, conforme segue:

$$\text{IDH} = 1/3(0,841) + 1/3(0,791) + 1/3(0,745) = 0,792$$

4. Resultados

Com a apresentação das variáveis que compõem os indicadores do índice de desenvolvimento humano, é possível chegar a resultados discriminados por cada unidade da federação, ou seja, é possível realizar análises do IDH por meio dos resultados encontrados na pesquisa sobre a evolução de tal indicador social. Dessa forma, foi realizada uma análise da evolução do IDH do estado de Mato Grosso Do Sul, para os anos de 1991 a 2014 (tabela 1). A partir desta análise, pretende-se explicar o que levou às alterações nos componentes de cada indicador que compõe o índice.

De acordo com o PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano classifica os países em quatro categorias, ou seja, países com IDH muito alto (0,800 a 1), com IDH alto (0,700 a 0,799), médio IDH (0,555 a 0,699) e baixo IDH (menor que 0,555). A tabela 1 mostra que o Índice de Desenvolvimento Humano do estado de Mato Grosso do Sul passou de 0,495, em 1991, para 0,735 em 2014 (classificado como um IDH alto), com um crescimento de 48,4% nesse período de tempo. Entre o período de 1991 a 2000, o estado registrou avanços pouco significativos nos componentes de seu IDH. Embora na década de 90 o estado tenha tido uma expansão econômica devido a investimentos que tiveram na modernização de sua agricultura e a mecanização de suas áreas pecuárias, estas não trouxeram melhorias significativas nas condições de vida de sua população, ou seja, pouco se avançou no que se refere ao desenvolvimento do estado e na qualidade de vida da população sul-mato-grossense.

No início da década de 1990, o Brasil estava passando por uma situação econômica delicada, pois o cenário econômico estava dominado por incertezas e instabilidades inflacionárias, devido aos insucessos causados pela implantação dos planos econômicos colocados em prática no final da década de 1980. A situação do país na época contribuiu para que o estado de Mato Grosso do Sul apresentasse reflexos do momento ruim que o país estava vivendo.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso Sul e seus componentes

Ano	Renda (Em reais)	Longevidade (expectativa de anos de vida)	Educação (média de anos de estudo)	IDH
1991	613,61	65,6	4,7	0,495
1992	550,48	65,9	4,8	0,498
1993	550,26	66,2	5,0	0,501
1994	650,54	66,6	5,1	0,510
1995	683,02	66,9	5,3	0,513
1996	681,90	67,2	5,3	0,515
1997	669,44	67,5	5,6	0,516
1998	643,03	67,8	5,6	0,517
1999	693,59	68,1	5,7	0,520
2000	728,10	68,4	5,9	0,599
2001	664,60	68,7	6,2	0,616
2002	669,64	68,7	6,1	0,620
2003	712,72	69	6,2	0,642
2004	807,40	69,6	6,4	0,654
2005	930,77	69,9	6,6	0,669
2006	887,90	70,2	6,7	0,675
2007	922,87	70,5	6,8	0,689
2008	1078,48	70,8	6,9	0,702
2009	1151,65	71,1	7,0	0,720
2010	1165,50	73,2	7,1	0,722
2011	1195,70	73,4	7,6	0,721
2012	1325,22	73,8	7,7	0,725
2013	1375,50	73,9	7,7	0,726
2014	1385,60	74,4	7,8	0,735

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Ainda de acordo com a tabela1, dos anos de 1990 a 1994, o Estado apresentou uma queda de suas taxas de crescimento do PIB/MS, que era de 4,4% a.a nos anos anteriores e passou a ser 3,8% a.a. Durante essa mesma década, o estado registrou indicadores negativos, como por exemplo o índice de pobreza, que era de 25% nos anos anteriores passando a 30% durante tal

período. O processo migratório, a questão indígena e a estrutura fundiária do estado na época, contribuíram para o crescimento da desigualdade de renda, aumento da pobreza e, conseqüentemente, baixa qualidade de vida da população sul-mato-grossense. O desempenho menos expressivo do Índice de Desenvolvimento Humano do estado na década de 90 pode ser observado na tabela 1, que mostra os valores de cada indicador do índice que estão diretamente ligados ao desenvolvimento socioeconômico da população nesse período de tempo. No período de 1991 a 2000, o IDH do estado de Mato Grosso Do Sul obteve um crescimento de 21% de aumento em seu desempenho.

A partir do ano 2000 a 2014, como também pode ser observado na tabela 1, o IDH do estado registrou um crescimento de 22,7% de aumento. Mesmo que os valores que correspondem ao avanço do IDH em si não apresentem grande diferença em seu respectivo aumento, os valores correspondentes aos componentes do IDH de Mato Grosso do Sul mostram avanços mais significativos do que na década anterior. Durante o período de 2000 a 2014, é possível observar que todos os indicadores que compõe o IDH do estado de Mato Grosso do Sul registraram aumentos em seus respectivos valores.

O indicador que mais se destacou foi o de renda, que aumentou cerca de 90% de seu valor nesse período de tempo, passando de R\$728,10, no ano de 2000, para R\$1385,60, em 2014, resultando em um aumento de cerca de R\$657,50 reais. Enquanto na década anterior esse mesmo indicador registrou um aumento de apenas R\$114,49 reais, passando de R\$613,61, em 1991, para R\$728,10 em 2000, resultando em um aumento de cerca de 16%.

O indicador longevidade também registrou avanços significativos. Durante o período de 2000 a 2014, a população sul-mato-grossense teve um aumento de 6 anos a mais em sua expectativa de vida, valor que também é bem superior ao encontrado na década anterior, que foi de 2,8 anos de vida a mais.

O indicador menos expressivo foi o de educação, mas que também obteve valor superior ao da década de 1990. De 2000 a 2014, a média de anos de estudos aumentou de 5,9 para 7,8 anos, resultando em um aumento de 1,9 anos estudos a mais, enquanto na década anterior esse valor foi de 1,2 anos de estudos.

Vale ressaltar que no ano 2000 foi dado início ao processo de criação e implantação de várias políticas públicas no estado de Mato Grosso do Sul. Alguns dos objetivos dessas políticas de desenvolvimento econômico que foram colocadas em prática eram: geração de empregos, distribuição da renda e da riqueza, diversificação e dinamização da economia, recuperação da capacidade de investimento do estado, entre outros. O setor educacional foi estruturado em dois eixos. O primeiro visava garantir a inclusão de todos, ou seja, a permanência e a progressão escolar do maior número possível de crianças, jovens e adultos. Foram criadas ações que viabilizaram a

educação indígena, com a capacitação de profissionais para essas comunidades mais isoladas. O segundo eixo teve por objetivo desenvolver mecanismos que aumentassem a participação da comunidade escolar diretamente nos assuntos educacionais. Ocorreram implantações de plano de carreira e recuperação de 28% do piso salarial de professores e também de outros profissionais da educação.

Na área econômica, o governo tinha como prioridade a inclusão das populações desfavorecidas. O governo estadual repassou recursos para os municípios, para a realização de investimentos em programas sociais. Dentre os principais programas sociais contemplados estão: reforma agrária, habitação popular, banco do povo, bolsa escola, segurança alimentar e etc. Em 2006, o programa bolsa escola atendeu a 20 mil famílias, levando benefícios a cerca de 50 mil crianças em todos os municípios do estado de Mato Grosso do Sul. Na área da saúde, o governo estadual procurou ampliar o foco assistencialista a população. Com os investimentos que foram realizados, foram criados programas assistenciais de atendimento e tratamento das populações mais carentes, entre elas, jovens, adultos e idosos. Assim, essas medidas proporcionaram melhores condições de acesso a saúde básica a esses grupos populacionais mais vulnerais.

É possível observar que a partir do ano de 2000 os indicadores que compõe o IDH de Mato Grosso do Sul começam a mostrar avanços significativos em seus valores. A base, e também o principal motivo para essa melhoria nos indicadores, foram as políticas públicas que foram implantadas no estado. Porém, mesmo com essas melhorias que ocorreram nos indicadores sociais no IDH do estado, o desempenho do índice de desenvolvimento humano de Mato Grosso do Sul tem demonstrado características de estagnação, pois o estado ocupa no ranking nacional a 10ª posição a dez anos. Essa estagnação pode estar refletindo a ausência de políticas públicas por parte dos últimos governos e, também a falta de continuidade de políticas sociais que foram implementadas no passado por governos anteriores, mas não tiveram continuidade nos governos seguintes.

Com o intuito de realizar uma comparação entre os resultados acima apresentados e os resultados dos demais estados da região Centro-Oeste, as tabelas 2, 3 e 4, apresentadas a seguir, mostram a evolução do IDH, assim como de seus componentes, para os estados de Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal, respectivamente.

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso e seus componentes

Ano	Renda (Em reais)	Longevidade (expectativa de anos de vida)	Educação (média de anos de estudo)	IDH
1991	423,22	65,5	4,2	0,449
1992	474,20	67,9	4,5	0,469
1993	582,08	68,3	4,6	0,488
1994	593,15	69,2	4,8	0,502
1995	605,72	69,6	4,9	0,515
1996	637,87	70,0	4,9	0,532
1997	750,08	70,4	5,2	0,558
1998	708,46	70,7	5,4	0,572
1999	634,37	69,5	5,3	0,590
2000	651,10	69,5	5,4	0,601
2001	683,79	69,9	5,5	0,615
2002	713,06	70,2	6,0	0,625
2003	620,19	70,5	6,0	0,630
2004	695,39	70,8	6,1	0,645
2005	681,77	71,2	6,2	0,652
2006	742,34	71,5	6,3	0,678
2007	728,61	71,8	6,3	0,688
2008	925,53	72,1	6,8	0,702
2009	860,02	72,4	7,0	0,710
2010	903,20	72,6	7,1	0,715
2011	982,91	72,9	7,3	0,719
2012	1.109,38	73,2	7,4	0,722
2013	1.108,73	73,6	7,7	0,724
2014	1.204,76	74,0	7,8	0,727

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano de Goiás e seus componentes

Ano	Renda (Em reais)	Longevidade (expectativa de anos de vida)	Educação (média de anos de estudo)	IDH
1991	524,36	68,8	4,7	0,487
1992	547,44	69,1	4,9	0,495
1993	583,31	69,4	4,9	0,510
1994	574,70	69,7	5,1	0,516
1995	592,80	70,0	5,2	0,525
1996	649,05	70,3	5,3	0,542
1997	623,10	70,6	5,4	0,571
1998	684,05	70,8	5,6	0,590
1999	622,27	71,1	5,8	0,613
2000	634,20	71,2	6,0	0,667
2001	649,28	71,2	6,2	0,678
2002	666,31	71,4	6,3	0,685
2003	617,60	71,6	6,5	0,692
2004	683,65	71,8	6,7	0,699
2005	727,10	72,0	6,9	0,709
2006	748,75	72,2	7,0	0,715
2007	824,51	72,4	7,4	0,722
2008	859,90	72,6	7,7	0,728
2009	875,43	72,8	7,7	0,731
2010	905,02	73,0	7,6	0,735
2011	958,67	73,1	7,7	0,738
2012	1.046,47	73,3	7,8	0,740
2013	1.083,19	73,5	7,9	0,748
2014	1.132,91	73,6	7,9	0,769

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Humano do Distrito Federal e seus componentes.

Ano	Renda (Em reais)	Longevidade (expectativa de anos de vida)	Educação (média de anos de estudo)	IDH
1991	916,94	68,6	7,4	0,520
1992	942,60	69,3	7,6	0,532
1993	1.109,82	69,8	7,7	0,556
1994	1.341,27	70,4	7,8	0,580
1995	1.287,31	71,1	8,0	0,592
1996	1.320,23	71,6	8,1	0,618
1997	1.442,98	72,1	8,1	0,630
1998	1.482,26	72,6	8,2	0,650
1999	1.359,46	73,2	8,5	0,680
2000	1.325,02	72,3	8,7	0,692
2001	1.303,97	72,3	8,8	0,702
2002	1.395,51	72,7	9,0	0,716
2003	1.281,65	73,2	9,2	0,720
2004	1.306,29	73,6	9,4	0,732
2005	1.423,69	74,1	9,4	0,756
2006	1.574,60	74,5	9,6	0,769
2007	1.744,29	74,9	9,8	0,772
2008	1.792,86	75,3	9,9	0,775
2009	1.843,31	75,3	9,9	0,778
2010	1.890,30	75,6	10,0	0,792
2011	1.946,66	76,0	10,1	0,812
2012	1.937,43	76,3	10,1	0,826
2013	2.034,24	76,7	10,2	0,835
2014	2.279,70	77	10,3	0,842

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Comparando os estados da região Centro-Oeste, sob a ótica dos indicadores e seus respectivos valores, é possível observar que o Distrito Federal apresenta os melhores índices em relação ao IDH renda, ao IDH longevidade e também ao IDH educação. E, quando comparados com o estado de Mato Grosso do Sul, verifica-se que as diferenças de valores são ainda maiores.

Embora o IDH sul-mato-grossense também tenha tido avanços expressivos na evolução de seu IDH, o índice de desenvolvimento humano do Distrito Federal é muito superior, não somente ao de Mato Grosso do Sul, mas também ao de Goiás e Mato Grosso.

Quando tratamos do estado de Mato Grosso, podemos analisar que o componente que obteve maior crescimento foi o da renda, passando de R\$423,22 reais, no ano de 1991, para R\$1204,76 reais, em 2014, resultando em um aumento de R\$781,54 reais, correspondendo a mais de 100% de aumento. Quanto a expectativa de vida do estado, a população mato-grossense obteve um aumento de 8,5 anos a mais de vida, que em 1991 era de 65,5 anos e passou a 74 anos em 2014. Durante esse mesmo período, a população do estado registrou um aumento de 3,6 anos de estudos a mais em sua educação. O índice de desenvolvimento humano do estado de Mato Grosso, registrou um crescimento de 61,9% durante o período de 1991 a 2014, passando de 0,449 para 0,727.

Ao analisarmos o IDH do estado de Goiás, é possível observar que dentre todos os componentes descritos na tabela 3, o que mais se destacou foi o de renda, tendo um aumento de R\$608 reais, ou seja, a renda média mensal do estado mais que dobrou seu valor no período de 1991 a 2014, passando de R\$524,36 para R\$1132,91, resultando em um aumento de mais de 100%. Nesse mesmo período de tempo, a longevidade da população cresceu em 4,8 anos a mais de expectativa de vida e, adquiriu 3,2 anos em média de estudos a mais. O índice de desenvolvimento humano do estado de Goiás registrou um crescimento de 57,9% de aumento, evoluindo de 0,487 para 0,769, no período de 1991 a 2014.

Com base nos dados apresentados no presente estudo, foi observado que esse contínuo crescimento do índice de desenvolvimento humano do Distrito Federal se deve a resultados positivos de políticas públicas que foram colocadas em prática em setores estratégicos como, educação, saúde, infraestrutura, que refletiram avanços significativos em seus resultados. A pesquisa revela que esse crescimento mais expressivo do IDH do Distrito Federal também pode ser atribuído ao bom desempenho econômico do estado nesse período de tempo, pois o mesmo passou por sensíveis mudanças em toda sua esfera social e econômica.

No estado de Goiás, podemos verificar que ocorreu uma situação um pouco semelhante ao Distrito Federal, ou seja, a evolução do índice de desenvolvimento humano do estado, durante o período de tempo analisado no presente estudo, foi ocasionada, principalmente, pelo crescimento econômico que ocorreu em Goiás no decorrer dessas duas décadas. Foram realizados investimentos em diversas áreas, com o objetivo de expansão e ampliação de toda a infraestrutura em diversas regiões do estado. Dentre os setores que foram contemplados por tais investimentos estavam o setor de transportes, educação, saúde, comércio e indústrias entre outros. Esses investimentos, que tiveram por objetivo a criação e melhoria da infraestrutura e de outras áreas de

toda a esfera social do estado de Goiás, foram algumas das possíveis causas de evolução e crescimento do IDH estadual nesse período tempo analisado.

Para o estado de Mato Grosso, foi possível observar que o estado obteve um crescimento muito semelhante ao de Mato Grosso do Sul, quando se refere a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano. O estado de Mato Grosso registrou poucos avanços expressivos durante a década de 1990, tanto nos componentes do índice, quanto no IDH em si. A economia do estado e tal indicador social são reflexos do mau momento econômico que o país vivenciou durante os anos de 1990. Essa situação de baixo desempenho do IDH estadual mudou na década posterior. Pois, foi através de políticas públicas de incentivo a educação e desenvolvimento econômico e social que o estado conseguiu mudar a realidade de parte de sua população, levando acesso a recursos e infraestrutura em diversas regiões do estado. Essas melhorias nas condições básicas de vida da população Mato-Grossense refletiram diretamente nos avanços mais significativos do IDH do estado a partir dos anos 2000.

5. Considerações finais

Desde a primeira divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano, o grau de desenvolvimento de uma nação, estado e até municípios passaram a ser medidos com mais refinamento, ou seja, a criação do IDH trouxe um marco no movimento dos indicadores, pois a partir dele outros indicadores foram criados. O IDH foi criado para instrumentalizar e capacitar as pessoas e seus governantes para realizarem análises do progresso e da realidade social de determinado país ou região. Nesse contexto, este trabalho teve o objetivo de analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado do Mato Grosso do Sul. Índice este referente ao período de 1991 a 2014. Mais especificamente, este estudo buscou detalhar os fatores que são considerados para o cálculo do IDH do estado, verificar a similaridade ou discrepância em relação a diferentes índices encontrados nos outros estados da região Centro-Oeste do país, e identificar as possíveis causas nas alterações dos componentes do Índice.

Ao longo dos anos de 1990 a 2014, o IDH do estado de Mato Grosso do Sul passou por várias mudanças em seus respectivos valores. O cenário econômico de incertezas em que o Brasil se encontrava na década de 1990 contribuiu para que o IDH do estado sofresse reflexos da situação de instabilidade em que o país estava passando. O IDH do estado não apresentou avanços significativos durante a década de 1990, pois esse baixo desempenho dos indicadores se deveu aos insucessos de planos econômicos que foram implantados na época e não trouxeram resultados tão positivos quanto se esperava, ou seja, esses planos de ajustes econômicos afetaram as políticas

sociais e, conseqüentemente, o desempenho dos indicadores sociais do estado.

A partir da análise realizada durante o presente estudo, observou-se que, com o início dos anos 2000 os indicadores que compõe o IDH estadual começaram a refletir avanços mais expressivos. Esses avanços se deveram a políticas públicas que foram implementadas durante esse período de tempo. Foi constatada a convergência dos indicadores sociais entre a década de 1990 e aos posteriores, ou seja, os mesmos apresentaram grandes avanços em seus respectivos valores, que na década anterior pouco avançaram e, conseqüentemente, fizeram com que o desempenho do IDH sul-mato-grossense tivesse baixo crescimento. Conforme foi descrito na pesquisa, foi por meio de políticas públicas que foi possível se obter resultados mais expressivos no desempenho do IDH do estado de Mato Grosso do Sul.

Portanto, para que haja desempenhos positivos e satisfatórios nos indicadores sociais que refletem toda uma realidade social de qualidade de um país ou região, ainda mais no caso de Mato Grosso do Sul, é necessário que tenha planejamento, criação e implantação de políticas públicas que tenham sempre continuidade, ou seja, que visem o desenvolvimento e bem-estar de sua população. O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado exatamente com esse objetivo e, deve ser utilizado como instrumento de análise para medir o grau de desenvolvimento de um estado ou nação. Assim, tal indicador social pode contribuir para estudo de políticas públicas e identificar programas sociais e experiências bem-sucedidas, podendo criar mapeamentos de desafios e oportunidades de avanços sociais.

Referências:

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Boletim regional – **Evolução do IDH faz grandes regiões e Unidade da Federação**. Ano 2009. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/01/br200901b1p.pdf>. Acesso em: 2016.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo; DE NEGRI, Fernanda. **Produtividade no Brasil: uma análise do período recente**. Repositório IPEA. 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11058/3016>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

CEPAL/PNUD/OIT - **Emprego, Desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília 2008.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE- **Caderno de Informações para a Gestão Estadual do SUS/Conselho Nacional de Secretários de Saúde**. Brasília: CONASS, 2011.84 p. (Mato Grosso do Sul - Caderno de Informações para a Gestão Estadual do SUS). Acesso em 2016.

CORAGGIO, J; L. **Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1996. Acesso em 2016.

CONSTATINO, Michel. **Desempenho regional do IDH e do PIB per capita dos municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre 2000 e 2010**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v17n2/1518-7012-inter-17-02-0234.pdf>

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento** – Rio de Janeiro 5º Ed.: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: www.ibge.gov.br/http://censo2010.ibge.gov.br/coleta/ Ano 2013. Acesso em 2016.

KIELING, Michels. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro: Adaptações Metodológicas e Usos em Políticas Públicas**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/124693/Monografia%20da%20Luisa%20Michels%20Kieling.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

OLIVEIRA, Cesar Julio de. **Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil em Relação aos dos Países Latino-Caribenhos**. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD18_2003_oliveira.pdf

PNUD -**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em:<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0> .Ano 2013. Acesso em 2016.

SCARPIN, J E; SLOMSKI, V. **Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental**. Rio de Janeiro Set./Out. 2007

SCHUMPETER, J. A.; **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Sao Paulo: 2000, 409 p.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico** / 5ª Edição – 4 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.